

EDUCAÇÃO DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO

Teresinha de Fátima Perin (Mestranda)

Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Organização do Território (GEPOT/UNIFACS),
Bolsista CAPES, BRASIL
tereperin@uol.com.br

Alcides dos Santos Caldas (Doutor)

Coordenador do Grupo de Estudo Pesquisa em Organização do Território (GEPOT/UNIFACS).
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS,
BRASIL
alcaldas@unifacs.br.

RESUMO

Diante da complexa questão agrária brasileira que se arrasta desde a chegada dos colonizadores Europeus a esse continente, a sociedade organizada do campo vem elaborando alternativas ao modelo vigente, produtor de miséria, fome e desequilíbrio do meio ambiente. Algumas dessas alternativas buscam superar esse modelo propondo uma outra lógica de orientação da sociedade baseada no modelo socialista, como é o caso do MST, e outras buscam uma acomodação a esse modelo, pretendendo torna-lo mais humano. Mesmo diante de duas abordagens tão distintas, o movimento do campo no Brasil tem conseguido se articular colocando suas necessidades, exigindo ações do Estado e exercendo influência nas orientações das políticas públicas para o campo. Discutimos nesse artigo o que consideramos o grande salto do movimento do campo brasileiro, que é o reconhecimento da educação como fator fundamental no processo de emancipação e superação da barbárie vivida no campo, e a clareza de que uma proposta de educação do campo tem, necessariamente, que incluir a discussão do modelo de desenvolvimento a que estamos submetidos, que passa despercebido no dia a dia das escolas, para que ele deixe de parecer “normal” e seja entendido como uma escolha que provoca efeitos diretos na continuidade e possibilidade de vida no campo. O artigo pretende demonstrar que o conceito de educação do campo é antes de tudo uma discussão de camponeses e apoiadores (igreja, universidades, ong's, dentre outros) que tem a intenção de desnudar o modelo de desenvolvimento vigente e, especialmente, forjar um modelo de desenvolvimento para o campo que leve em consideração as especificidades locais(culturais), a necessidade de reforma agrária, a valorização da agricultura familiar e que sua lógica não seja o lucro, mas a humanidade. Esse modelo de desenvolvimento para o campo é também entendido pelo movimento dos camponeses como um modelo de desenvolvimento para toda sociedade.

Palavras chave: Movimentos Sociais; Educação do Campo; Desenvolvimento

SUMMARY

Facing the complex Brazilian agrarian issue that has been extending since the arrival of

European colonizers to this continent, the organized society of the countryside has been creating alternatives for the model in vigour, which is the cause of misery, hunger and the unbalanced environment. Some of these alternatives wish to overcome the model, proposing another orientation model based on the socialist principles, as MST, and others wish to adapt to the current model, intending to make it more human. Even facing two of such distinct approaches, the countryside movements in Brazil have been managing to articulate exposing its needs, demanding actions from the State and exerting its influence on the public political orientation for the countryside. We discuss, in this article, what we believe is a great step for the Brazilian countryside movement, which is the recognition of education as a fundamental factor in the emancipation and the overcoming of the barbarism experienced in the countryside process, and the clarity that a countryside education proposal has, necessarily, to include the discussion of the development model to which we are submitted, that goes unnoticed in the school routine so that it will no longer seem “common” and be understood as a choice that has direct effects on the possibility of life, and its continuity on the countryside. The article has as its main objective demonstrating that the concept of countryside education is firstly a discussion of peasants and supporters (churches, universities, ong’s, among others) that intends to denude the development model in vigour, and specially to generate a development model for the countryside that considers the local (cultural) peculiarities, the need of an agrarian reform, the valorization of family agriculture and that presents a logic based on humanity and not the profit. This countryside development model is also considered by the peasant’s movement as a development model for the whole society.

Key-Words: Social Movements, Countryside Education; Development.

HUMANIDADE E DESENVOLVIMENTO

A modo como o homem agiu e age sobre o planeta que habitamos, com o passado desenhou o futuro que dele somos nós o presente, continuando a desenhar o futuro que para outros deixaremos como presente. Nossas ações, conscientes ou não, produzem efeitos sobre o homem e a natureza. Por termos a capacidade da razão e produzirmos a nós mesmos, tomamos esse planeta nas mãos e caminhamos sobre a terra deixando marcas que contam como chegamos e pensamos até aqui. São pistas, às vezes suposições, que estruturam nosso pensamento criando valores e crenças, relativos a cada época vivida, mas tidos, muitas vezes, como verdades absolutas nas quais acabamos acreditando e com as quais regemos nossas vidas.

Primitivamente o homem alimentava-se da coleta, da caça e da pesca, dependendo completamente do que a natureza lhe oferecia. A necessidade fez com que

procurasse soluções para garantir sua sobrevivência e, com trabalho, produziu ferramentas e conhecimentos

...o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza...Mas, o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador(Marx, 1982, pág. 149 e 150)

A natureza inteligente do Homem produziu e produz conhecimentos para solucionar problemas reais de seu dia a dia, e para melhorar suas condições de vida. O conhecimento produzido e seus benefícios passam de geração a geração como conquistas da humanidade, podendo garantir uma vida melhor para as pessoas, e trazer desenvolvimento para a sociedade.

Enquanto, segundo Prado Junior(1966), o homem vive do que consegue coletar, a divisão do que é "produzido" entre o grupo é igualitária e segundo as necessidades de cada um. Com isso garante-se a manutenção da integridade do grupo social, evitando o aniquilamento do grupo como coletividade organizada. Conhecendo mais sobre a natureza e com o acúmulo de conhecimentos produzidos, o homem deixa de se submeter às condições naturais e começa a criar uma nova realidade onde ele é protagonista. Segundo Andery(2004), a relação homem-natureza é um processo de transformação mútua, que é o processo de produção da existência humana.

É o processo de produção da existência humana porque o ser humano vai se modificando, alterando aquilo que é necessário à sua sobrevivência....o homem cria novas necessidades que passam a ser tão fundamentais quanto as chamadas necessidades básicas à sua sobrevivência...não cria só artefatos, instrumentos, como também desenvolve idéias (conhecimentos, valores, crenças) e mecanismos para sua elaboração (desenvolvimento do raciocínio, planejamento...).(Andery, 2004, pág. 10)

Assim, o Homem desenvolve a agricultura, criando as bases para fixar-se na terra e organizar-se em sociedade. Segundo Marx(1985, pág 10), a propriedade começa

como tribal e a sociedade tem a forma de uma comunidade baseada na família. A comunidade vista como uma família ampliada à qual pertencem todos os membros do grupo e com uma hierarquia definida por tarefas, funções, poderes e consumo. O aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho e de produção determinam, segundo Prado Junior(1966), uma elevação da capacidade produtiva acima do nível mínimo de subsistência produzindo um excedente de bens, que poderiam ser redistribuídos entre o grupo social. Mas, o que ocorre é que alguns de seus membros são dispensados da atividade produtiva, por circunstâncias internas da comunidade: militares, religiosos, políticos e administrativos, se apropriando do excedente do grupo(Prado Junior, 1966, pág. 30). Essa apropriação de excedente ocorre ainda por escravização de prisioneiros de guerra ou sob forma de tributo.

...O direito ao produto social já não pertence mais unicamente, como era antes, aos produtores diretos, ao trabalhador que despendeu seu esforço na produção. E a apropriação daquele produto se fará também a outros títulos: de sacerdote ou chefe, de guerreiro vitorioso, de senhor de servos ou escravos...O direito do produtor ao produto é uma decorrência natural e espontânea do próprio fato da produção e na ligação direta que nela se verifica entre aquele produtor e o bem que sai de suas mãos...Além disso, propõe-se paralelamente a primeira divisão do produto entre produtores e não produtores(o mínimo de subsistência para os primeiros, o excedente para os outros)(Prado Junior, 1966, pág. 31).

Esse jogo de forças que começamos a observar, dá origem a normas determinadas e fixas que formam as instituições jurídicas da coletividade, isto é, conjunto de regras mais ou menos sistematizadas. Começa a delinear-se um novo sistema que se apóia no ato de troca, que seria o processo de redistribuição do produto social e com isso abre-se novas perspectivas de grande alcance que são a possibilidade de especialização do produtor e a conseqüente divisão do trabalho e o desenvolvimento da produtividade que daí decorre. A generalização do regime de trocas dá margem a figura do intermediário(Prado Junior, 1966, pág. 31 e 32).

O regime de trocas generalizadas dá origem a outro sistema, baseado na produção unicamente para o fim de troca onde, segundo Prado Junior(1966), alcançando este estágio, os bens em questão se fazem propriamente mercadoria. Isto é, agrega-se à sua qualidade original de *objetos de uso*(grifo do autor) que são desde sempre, pois é por isso que são produzidos, a qualidade de *objetos de troca*(grifo do autor). O *uso*(grifo do autor)

dos bens econômicos se ofuscou inteiramente atrás da qualidade de "permutabilidade"(aspas do autor) que eles assumiram(Prado Junior, 1966, pág. 34).

É fundamental deixarmos claro que não concordamos com a idéia de categorias teóricas gerais da evolução humana(RIBEIRO, 1978), e que procuramos autores, para fundamentar este trabalho, que pensem nesse sentido.

... existem civilizações como a egípcia, de 2000 a.C., ou a árabe de 1000 d.C. por exemplo, que não cabem nessa seqüência; paralelamente, floresceram muitas outras, como as pré-colombianas, não incluídas, por igual, naquelas categorias.(RIBEIRO, 2006, pág. 26)

Não podemos, por outro lado, deixar de levar em consideração a formação da sociedade européia como referência determinante na construção da sociedade brasileira, em detrimento da sociedade encontrada quando eles aqui chegaram. A visão de mundo européia se impôs a esses povos, falaremos adiante sobre o trabalho dos jesuítas, através de uma avassaladora desqualificação das idéias que regiam a vida dos povos indígenas daqui, e dos africanos escravizados.

Quando os europeus chegaram a América do Sul, consideraram que os nativos daqui

Possuíam e possuem sociedades defeituosas nas quais falta o que é importante: *falta-lhes* o mercado (moeda e comércio), a escrita (alfabética), a história e o Estado. Eram e são, portanto, sociedades *sem* comércio, *sem* escrita, *sem* memória e *sem* política.(CHAUÍ, 2003, PÁG. 353)

Mas, segundo o antropólogo francês Pierre Clastres(Chauí, 2003), que realizou um estudo das sociedades sul americanas pré-colombianas, nos anos 1970, essas sociedades são tribais ou comunais e possuem escrita e memória, que não foram entendidas e por isso não identificadas como tal

Mas, sobretudo, mostrou porque e como tais sociedades são *contra* o mercado e *contra* o Estado. Em outras palavras, não são sociedades *sem* comércio e *sem* Estado, mas são contrárias a eles...Nelas não há propriedade privada da terra e das riquezas, não havendo, portanto, classes sociais nem luta de classes...Existe chefia, porém, não é um poder de mando a que a comunidade obedece. O chefe não manda; a comunidade não obedece. (CHAUÍ, 2003, PÁG. 353 e 354)

Assim, apresenta-se uma outra possibilidade de organização social, uma outra forma de ver as relações sociais, onde o poder não está separado da comunidade, e a comunidade, sem exceção, se beneficia de suas descobertas e conquistas, produzidas no decorrer de sua história. Uma sociedade comunista, sem propriedade privada dos meios de produção, sem exploração do trabalho, sem poder estatal, livre e igualitária.(CHAUÍ, 2003). Uma sociedade que é contra o Estado, significa que a idéia de que as sociedades humanas "evoluem", obrigatoriamente, de tribais para sociedades organizadas com um Estado, se quebra. Quando passamos a olhar sem pré-conceitos essas sociedades, consideradas inferiores, como uma outra forma de estar em sociedade, podemos nos beneficiar do seu sentido de humanidade muitas vezes maior que o de nossa sociedade "civilizada".

Dizer que nossa sociedade não comporta essa forma de organização, e considera-la utópica diante da complexidade de nossa sociedade atual, não aprofunda o que dela podemos aprender como conduta de relação social onde todos podem ter uma vida digna de ser considerada Humana. Desconsiderar essa possibilidade demonstra que estamos convencidos de que ter apenas uma ínfima parte da humanidade se beneficiando dos conhecimentos, soluções e avanços produzidos por essa mesma humanidade, é muito superior a uma sociedade que preza a vida humana em harmonia com o meio natural, considerando todos como herdeiros legítimos de suas conquistas para uma vida melhor. Não se questiona aqui a importância das conquistas científicas da humanidade, mas a apropriação privada de seus benefícios por uma reduzida parcela da humanidade.

Quando falarmos de desenvolvimento em nosso trabalho, estaremos falando do direito humano de se beneficiar das conquistas da humanidade, de exercer sua possibilidade criadora de produzir conhecimento e novas soluções para problemas que se apresentem. Segundo Milton Santos(2004),

Neste mundo globalizado, a competitividade, o consumo, a confusão dos espíritos constituem baluartes do presente estado das coisas. A competitividade comanda nossas formas de ação. O consumo comanda nossas formas de inação. E a confusão dos espíritos impede o nosso entendimento do mundo, do país, do lugar, da sociedade e de cada um de nós mesmos... A concorrência atual não é mais a velha concorrência, sobretudo porque chega eliminando toda forma de compaixão.(SANTOS, 2004, pág. 46)

Desenvolvimento, para nós, é garantia de Humanidade.

BREVE HISTÓRICO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Historicamente as terras brasileiras, invadidas e tomadas dos que aqui habitavam, foram tratadas como terras de ninguém, como se aqui não existissem outros povos com suas culturas próprias. Com seus olhares de comerciantes viram aqui uma terra pobre, sendo noticiada por Vespucci a descoberta ao rei de Portugal, segundo Prado Junior(1972), com a seguinte frase: "Pode-se dizer que nela não encontramos nada de proveito". Trinta anos se passaram sem que a corte portuguesa agisse sobre a nova descoberta, a não ser na exploração do pau-brasil. Como comerciantes procuravam o que comercializar, não encontrando, perderam o interesse pela descoberta. Mas, a ação dos franceses que desde os primeiros anos de descobrimento estabeleceram um tráfico intenso ao longo da costa brasileira(PRADO JUNIOR, 1972), despertou os portugueses para a possível perda de sua conquista. Assim, Portugal querendo garantir a posse de sua descoberta entendeu que era preciso colonizar, principalmente, toda a costa do Brasil, para evitar invasões. Mas, esse era um empreendimento muito caro para a coroa portuguesa arcar sozinha. Como solução que desobrigou Portugal de gastos para garantir a nova terra, foram criadas entre 1534 a 1536, 14 capitanias hereditárias, doadas a doze donatários representantes do rei de Portugal na colônia. Esses donatários teriam que arcar com todo o ônus dessa empreitada, não eram donos da terra mas, segundo Prado Junior(1972), cabia-lhes o direito quase soberano, sobre o território da capitania. Segundo Darcy Ribeiro, o Brasil "surgiu como uma espécie de subproduto indesejado e surpreendente de um empreendimento colonial, cujo propósito era produzir açúcar, ouro ou café e, sobretudo, gerar lucros exportáveis" (RIBEIRO, 1978, pág. 17).

Em 1592 os portugueses iniciaram o processo de ocupação territorial do Brasil. O novo território foi dividido em quinze lotes, as capitanias hereditárias, que foram concedidas a doze donatários, garantindo a posse futura dessas terras a seus herdeiros. Os capitães-mores, que administravam as capitanias hereditárias, tinham amplos poderes, inclusive o de conceder as cartas de sesmarias, consideradas o primeiro instrumento de legitimação de propriedade territorial no Brasil.

Historicamente as sesmarias consistiam em lotes de terras abandonadas ou não cultivadas, em Portugal, cedidas pelos reis a pessoas que quisessem cultivá-las, os sesmeiros.

No Brasil foram beneficiados com a posse de terras pessoas que já tinham privilégios políticos e econômicos, criando as condições de existência dos grandes latifúndios e da mão de obra abundante e miserável, presente até hoje em nossa sociedade. Sem acesso a terra, muitos trabalhadores rurais foram obrigados a trabalhar para os sesmeiros praticamente como escravos.

Durante o período entre a proclamação da independência até 1850, o sistema de sesmarias deixa de vigorar. Sem uma legislação própria para a aquisição de terras, o que vigora é o sistema de posses. Esse sistema favorecia a todos os que conseguissem um pedaço de terra para ocupar, gerando insatisfação dos grandes proprietários que vêem seus privilégios sendo ameaçados. A elite dominante brasileira, que quer frear a posse de terra, é presenteadada com a Lei de Terras em 1850. Essa lei vem ao encontro de seus interesses hegemônicos, instaurando o mercado como nova modalidade de acesso a terra. Assim, o acesso a terra fica possível apenas a quem tem como comprá-las, inviabilizando a aquisição de terra para a grande maioria da população.

Vai se construindo no Brasil o problema agrário, com a produção de um número cada vez maior de pessoas sem terra para plantar e viver.

...a luta pela terra é uma política que nasceu com o latifúndio. Portanto, é fundamental distinguir a luta pela terra da luta pela Reforma Agrária. Primeiro, porque a luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de Reforma Agrária. Segundo, porque a luta pela terra é feita pelos trabalhadores e na luta pela Reforma Agrária participam diferentes instituições.(FERNANDES, 2005, pág. 17)

Na realidade, a diferenciação da luta pela terra da luta pela Reforma Agrária é fundamental, porque a primeira acontece independentemente da segunda. Todavia as duas são interativas(ibdem. 2005, pág. 17)Durante séculos, os camponeses desenvolveram a luta pela terra sem a existência de projeto de Reforma Agrária.

Em 1964 foi criado O Estatuto da Terra pela lei 4.504, nos primeiros meses da ditadura militar. Essa lei para a reforma agrária foi elaborada apenas para conter os camponeses que estavam articulados na luta pela terra, e o medo das elites dominantes com

possibilidade de uma revolução no Brasil, inspirada na Revolução Cubana. O Estatuto estabelecia a realização da reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura, mas foi realizado apenas o desenvolvimento da agricultura, o desenvolvimento empresarial da agricultura(ibdem. 2005, pág. 17)

A história de invasão e opressão vivida no decorrer destes cinco séculos e alguns anos em nosso país não ocorreu de forma pacífica, mas foi marcada por resistência e luta dos índios, dos negros escravizados e dos camponeses. Essa luta se estende até hoje com a ação dos camponeses, brancos e negros, pela terra, pela reforma agrária e dos índios pela demarcação de suas terras.

EDUCAÇÃO NO BRASIL

Segundo Romanelli (2004), a história da educação brasileira retrata os movimentos da sociedade estando historicamente a serviço dos grupos que detém o poder. A escola representou e representa, desde a chegada da Companhia de Jesus no Brasil, os interesses da minoria que detém o poder. Só os donos de terras e senhores de engenho tinham direito à educação, uma educação que nada tinha a ver com a realidade da colônia, buscando fazer da elite brasileira uma imitação da nobreza portuguesa. E foi com os olhos voltados para fora que caminhou, e ainda caminha, a educação e a economia brasileira.

...o que se tem em vista na cultura transplantada, é a imposição e a preservação de modelos culturais importados, sendo, pois, diminuta a possibilidade de criação e inovação culturais. A escola, neste caso, é utilizada muito mais para fazer comunicados...Na fase colonial, este tipo de ação escolar é o instrumento do qual vai servir-se a sociedade nascente para impor e preservar a cultura transplantada. A forma como foi feita a colonização das terras brasileiras e, mais, a evolução da distribuição do solo, a estratificação social, aliados a modelos importados de cultura letrada, condicionaram a evolução da educação escolar brasileira. (ROMANELLI, 2004)

Quando a escola se tornou realidade para toda a população, ela não era a mesma para todos. O acesso à escola não garantiu o acesso ao conhecimento produzido e acumulado historicamente pela humanidade, esse conhecimento nunca foi igualmente socializado, sendo garantido apenas aos filhos da elite. Para a grande maioria dos brasileiros foi oferecida uma escola pobre em sua estrutura física e conceitual, desvinculada da realidade social vivida por seus alunos, dificultando uma leitura crítica do seu dia a dia,

numa tentativa de amortecer a grande maioria da população, dificultando possíveis mobilizações populares.

Hoje vemos que os filhos da elite nacional conseguem frequentar o ensino superior de qualidade, normalmente mantido pelo Estado, e que garante sua condição de elite inalterada. Aos outros filhos do Brasil, a grande maioria, resta os cursos superiores pagos/particulares e, normalmente, de baixa qualidade, voltados, em sua maioria, apenas para o mercado de trabalho e para a manutenção das desigualdades.

EDUCAÇÃO E MOVIMENTO SOCIAL

Com o Estatuto da Terra e a aplicação do modelo de desenvolvimento capitalista ou empresarial da agricultura, julgou-se que as questões relacionadas ao campo deixariam de existir. A educação rural foi tratada como algo já resolvido por acreditarem estar fadada ao desaparecimento.

No início dos 60 o movimento da sociedade organizada do campo estava ganhando força, e, o que se desejava morto, começava a se apresentar vivo e forte. Durou pouco esta ebulição de ações e idéias, em abril de 1964 ocorre o golpe militar que afastou de nosso país mulheres e homens de grande importância, dentre eles Paulo Freire, que no ano de 1975, ainda no exílio, escreve sobre o que entende por alfabetizar

O aprendizado da leitura e da escrita não pode ser feito como algo paralelo ou quase à margem concreta dos alfabetizando...mais que escrever e ler que a “asa é da ave”, os alfabetizando necessitam de um outro aprendizado: o de “escrever” a sua vida, o de “ler” a sua realidade, o que não será possível se não tomam a história nas mãos para, fazendo-a, por ela serem feitos e refeitos. (FREIRE, 1977)

Mesmo durante o duro e cruel regime militar brasileiro a sociedade se organiza, usando artifícios e tendo, principalmente, o apoio da igreja católica, que cria a Comissão Pastoral da Terra – CPT, que serve de suporte e escudo dos movimentos sociais durante esse período.

Segundo FERNANDES(2005)

No começo dos anos 60, nasceram as primeiras CEB's (Comunidades Eclesiais de Base). Em meados dos anos 70, elas existiam em todo o País. No campo e na cidade foram importantes lugares sociais, onde os trabalhadores encontraram condições para se organizar e lutar contra as

injustiças e por seus direitos. À luz dos ensinamentos da Teologia da Libertação, as comunidades tornaram-se espaços de socialização política, de libertação e organização popular. Em 1975, A Igreja Católica criou a CPT (Comissão Pastoral da Terra). Trabalhando juntamente com as paróquias nas periferias das cidades e nas comunidades rurais, a CPT foi a articuladora dos novos movimentos camponeses que insurgiram durante o regime militar. (FERNANDES, 2005)

Desse passado de lutas pela terra, vai se formando de 1979 a 1985, no Rio Grande do Sul, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que se consolidou e se territorializou desde lá até os dias de hoje(FERNANDES, 2000, pág. 15). Assim, começa a jornada de ações do MST, movimento conhecido e reconhecido no mundo inteiro, tendo, no momento político atual do Brasil, fundamental importância nas diretrizes para a reforma agrária e um outro modelo de desenvolvimento.

Destacaremos alguns momentos importantes na trajetória do início da construção do conceito de educação do campo

- 1 Em 1984, em Cascavel, Paraná, acontece o primeiro encontro do MST.
- 2 Em 1985 o MST realiza seu primeiro Congresso Nacional, em Curitiba, no Paraná.
- 3 Em julho de 1997 o MST, segundo Kolling(1999), promove, em parceria com diversas entidades, como a Universidade de Brasília(UnB), o Fundo das Nações Unidas para a Infância(UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação(Unesco) e Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil(CNBB), o I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), em Brasília.
- 4 Julho de 1998, em Luziânia (GO), a I Conferencia Nacional: Por uma Educação Básica do Campo. "Essa conferência mostrou que somente é possível trabalhar *por uma educação básica do campo* se vinculada ao processo de construção de um novo projeto de desenvolvimento para o campo e a garantia de que todo o povo tenha acesso à educação" (KOLLING, 1999)
- 5 Em julho de 1998 realiza-se em Salvador o I Encontro Estadual por uma

Educação Básica do Campo

- 6 Em 1999; 2000;2001;2002. São realizados os I; II; III; e IV Encontros do Fórum Estadual de Educação do Campo
- 7 Em 1999 acontece o I encontro da Articulação Nacional em defesa da educação do campo onde foram firmados cinco compromissos políticos
 - a) Recuperação da soberania e da autonomia política.
 - b) Compromisso com a solidariedade para eliminação da exclusão e desigualdade social.
 - c) Compromisso com o desenvolvimento mediante rompimento com o capital financeiro e com a condição de economia periférica.
 - d) Compromisso com a sustentabilidade.
 - e) Democracia ampla.
- 8 Em 2003 realização da Conferencia Estadual de Educação do Campo e Para Convivência com o Semi-Árido
- 9 Em agosto de 2004, II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo, Luziânia, GO

A I Conferência Nacional em 1998 privilegiou as seguintes temáticas: “Desenvolvimento Rural e Educação no Brasil: Desafios e Perspectivas; Situação da Educação Rural no Brasil e na América; Política Pública em Educação no Brasil; Municipalização; Financiamento da Educação; Política Educacional para as Escolas Indígenas. Neste encontro ainda foram apresentadas experiências em educação infantil, ensino médio e profissionalizante, educação de jovens e adultos e formação do magistério. Ao final da conferência foi produzido um documento-síntese dos compromissos, desafios, propostas e ações para os educadores e educadoras do campo. Tal processo teve o mérito de “recolocar o rural, e a educação a que ele se vincula, na agenda política do país. (...) Para a afirmação de um processo rico e promissor de Construção da educação básica do campo”. (Kolling,1999, apud CARVALHO, M. 2003, pág. 22).

Nessa conferência os movimentos afirmam a educação e a escola do campo na esfera dos direitos humanos, direitos das pessoas e dos sujeitos sociais que vivem e trabalham no campo...Ao lutarem para além do direito da escola, estão resgatando a dignidade dos sujeitos históricos, ao fazerem a luta no campo e do campo, lutam contra a expropriação da terra, a terra que lhes garanta sua reprodução e da sua família. Pelo direito de serem homens iguais, fazer-se humanamente homens, pela conquista dos direitos humanos, direito a terra, à saúde, e educação...em luta constante para romper com as “cercas do latifúndio da ignorância e do capital”. Luta que não se restringe apenas ao plano da produção, também ao plano das relações sociais por disputas de projetos de interesses opostos, diversos e antagonicos (camponeses e proprietários têm significados bem diferentes na história). Campo aberto de disputa de concepções de escola e formação(CARVALHO, M. 2003, pág 41)

Muitas ações são elaboradas pelo Estado e por Organizações não governamentais, no sentido de "ajudar" o homem do campo a se sentir “gente”, muitas dessas ações contribuem para dificultar qualquer possibilidade de organização e luta por seus direitos, criando situações ilusórias e paliativas que desviam seu olhar do seu problema real. Essas ações parecem mais uma mordça, que, como vimos em nosso pequeno histórico da luta pela terra no Brasil, funciona como a Lei de Terras de 1850 ou como o Estatuto da Terra de 1964, conseguindo garantir a terra na mão de poucos, o trabalho semi-escravo e o aumento do lucro para os latifundiários.

A elaboração do conceito de Educação do Campo com o MST é fundamentalmente, a discussão do modelo de desenvolvimento capitalista em que estamos imersos e seus efeitos na vida do Homem do campo. Essa discussão não quer pensar ou criar alternativas ao capitalismo, mas sua ação visa a superação desse modelo. Essa abordagem necessita e produz uma pedagogia própria, que é instrumento para leitura crítica de mundo, como estratégia para prática de uma educação para superação do modelo capitalista.

BIBLIOGRAFIA

ANDERY, Maria Amália et al. *Para compreender a ciência- uma perspectiva histórica*. 14 ed. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2004

CARVALHO, Marize Souza. *Formação de professores e demandas dos movimentos*

sociais: A universidade necessária. 2003 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Bahia

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 13 ed. São Paulo: Editora Ática, 2003

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1998

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora vozes, 2000

_____. Biblioteca - Textos Reforma Agrária. Disponível em: <
<http://www.mst.org.br/biblioteca/textos/reformagr/indice.html>>. Acesso em 20 dez. 2005

FREIRE, Paulo. *Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 18 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988

HOLANDA, Sergio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel. 1962

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão; MOLINA, Monica Castagna. *Por uma Educação Básica do Campo*. Brasília: Editora UnB, 1999

MARX, Karl. *O Capital*. Coleção Os Economistas v 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985

PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1972

RIBEIRO, Darcy. *Os Brasileiros*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1978

RIBEIRO, Darcy. *O Processo Civilizatório*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

ROMANELLI, Otaiza. *História da Educação Brasileira*. 29 ed. São Paulo: Editora Vozes, 2004

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro - São Paulo: Record. 2004

STEDILE, João Pedro. *A questão Agrária no Brasil: O debate tradicional: 1500 -1960*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005

